

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

### -----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA UM DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia um de Fevereiro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

### ----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1. - SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO-----

----- 4- Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Social à Associação Fernão Mendes Pinto. - -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 3- Situação dos Vereadores em Regime de Permanência.-----

----- 1.2. DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1. - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 5- Contrato com Seguradora. -----

----- 3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. - SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 5- Acidente de viação na viatura de António Mendes Freitas - Informação dos serviços. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse retirado o seguinte ponto: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1. - SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO-----

----- 1 - Ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho - Convite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- **Primeira**- Informou que, no próximo Domingo, dia dezassete de Fevereiro do corrente ano, pelas nove horas da manhã, deslocar-se-ão a Montemor, os responsáveis internacionais pela prova da "Coupe de La Jeunesse", para visitar a Pista de Remo, ver a evolução dos trabalhos, e ao mesmo tempo, ter uma reunião com este Executivo, em termos de se inteirarem sobre a situação da prova. -----

----- Formulou um convite ao Executivo, no sentido de se assim o pretendessem o acompanhassem naquela visita, onde será feita uma recepção rápida, seguida da deslocação ao local ,onde estavam a ser desenvolvidas as obras, regressando seguidamente para a Câmara. Ali fariam um ponto da situação, com a apresentação de um trabalho sobre o estado actual da obra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, no próximo dia vinte e três de Fevereiro do corrente ano, iriam receber a visita do Director Executivo do Xacobeo de Santiago de Compostela. Quando tomaram posse, tiveram a oportunidade de terem estabelecido um contacto formal, para incentivar aquele convite, que poderá vir a perspectivar uma ligação nos caminhos de Santiago, podendo vir a introduzir Montemor naquela rota, e até, mais tarde a consubstanciar outras iniciativas de ligação à Galiza, pensando que poderiam a vir a ser profícuas, do ponto de vista cultural e do ponto de vista de intercâmbio com o País vizinho. -

----- Dentro daquele âmbito, daria a palavra ao Vereador Pedro Machado, para que prestasse alguns esclarecimentos mais adequados, quer quanto à programação que estava prevista, quer quanto à forma como pensavam gerir aquela visita. De qualquer forma, deixava ali um reparo de que, aquele Director Executivo, era quase como um Secretário de Estado da Cultura, em termos da própria Galiza. Devido ao impacto que tinha aquela visita, já se tinha preocupado em que, naquele dia, tivessem algo para oferecer ao convidado, algo que tivesse algum simbolismo, no início deste intercâmbio. -----

----- Para que não houvesse qualquer análise menos correcta sobre aquela matéria, pensavam encomendar uma peça de algum valor, pois dentro daquela área, não tinham peças com valor artístico e patrimonial, até do ponto de vista artesanal, chegando à conclusão que deveria ser de acordo com a eventualidade, uma oferta condigna, que retractasse e patenteasse a riqueza patrimonial, histórica e ancestral do nosso Concelho. ----

----- Seguidamente, interveio o Vereador Pedro Machado para dizer que, tal como tinha referido o Presidente da Câmara a visita iria decorrer no próximo Sábado dia vinte e três de Fevereiro. Sendo eles amantes de toda a temática à volta de Inês de Castro, o mesmo vinha com o sentido, não só de tomar contacto com o Centro de Estudos Inesianos, e sobre

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

isso gostaria de voltar a falar numa próxima reunião, sobre a problemática daquele Centro, não só em relação ao próprio espólio, mas em relação às condições em que o Centro de Estudos Inesianos actualmente estava ainda "arquivado". O Senhor Director Gerente Manuel Villar Rosende virá com o intuito de lhe ser atribuído o título de membro honorário do Centro de Estudos Inesianos de Montemor-o-Velho.-----

----- Como se sabia, o Centro de Estudos Inesianos, resultava da doação de um espólio do Dr. Paulino Mota Tavares, no passado, à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Aquele espólio estava actualmente concentrado no arquivo da Biblioteca Municipal, embora em número diminuto, que ele próprio já tinha feito o contacto com o Dr. Paulino, no sentido daquele poder ser aumentado, porque uma das intenções da visita era que o Senhor Director Gerente do Xacobeo, pudesse visitar e pudesse tomar contacto com as peças do espólio. -----

----- Disse ainda que iria realizar-se uma exposição no átrio do Salão Nobre dos Paços do Concelho uma vez que ainda estava patente a exposição Montemor e o Rio na Igreja da Misericórdia.-----

----- O Sr. Director Gerente, seria recebido nos Paços do Concelho, seguindo-se uma sessão solene que estava marcada para as dezassete horas do Sábado dia vinte e três. Nessa sessão solene, ser-lhe-á atribuído o diploma de membro honorário, seguido-se a visita à exposição, culminando provavelmente, com um jantar circunscrito a um conjunto de pessoas não muito alargado. Isto porque, irá ser uma visita sintética, dado que, o Sr. Director não vem nas melhores condições de saúde, para visitar Montemor, aproveitando-se para que o mesmo possa ir aos sítios pretendidos, com o menor custo possível.-----

----- Objectivos gerais: Para além da sua pretensão em tornar-se conhecedor e membro do Centro de Estudos Inesianos, era evidente que os objectivos da Câmara eram mais latos, não era fazer apenas a apologia do Centro de Estudos Inesianos mas, incluir Montemor-o-Velho num espaço de tempo tão curto quanto possível, na chamada rota dos caminhos de Santiago, e mais do que isso, havia um convite ainda informal para que, a exposição de Inês de Castro, pudesse ser levada a Santiago nos meses de Maio a Julho. Aquele será o segundo passo, naquele processo a negociar com o Senhor Director Gerente do Xacobeu. -

----- Numa fase posterior, envolverá talvez a visita dos membros, provavelmente estava-se a falar no espaço de um ano, dia sete de Janeiro de dois mil e três, data em que D. Inês foi sentenciada, culminando com a visita dos representantes do Governo da Galiza ao Concelho de Montemor-o-Velho. -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- Do ponto de vista quer cultural, quer social, quer turístico, parecia-lhes ser uma acção de âmbito relevante. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, irá decorrer na região de Coimbra, um Torneio Internacional de Rugby - "Quatro nações" como era designado, que irá envolver quatro Países. -----

----- Um dos campos, que irá ser privilegiado com aquele Torneio, será o Campo de Rugby da Carapinheira, em que a Câmara Municipal de Montemor, tem dado um apoio significativo e no momento até poderia dizer que tinham estado a fazer intervenções, ao longo daquela semana, para poder melhorar aquelas condições que resultaram de um Protocolo em vigor. -----

----- Era uma estrutura, que ele próprio já tinha visitado com os Senhores Vereadores, extraordinariamente importante do ponto de vista da utilização, mas se ela não for benéfica para o Associativismo Concelhio e para os Clubes Concelhios, acabaria por ter que servir uma outra situação, que não era possivelmente a mais adequada. -----

----- Mas, pensando que ainda tinham todas as condições, para poder utilizar aquele espaço, gostaria de deixar o convite, para que no dia vinte e um de Fevereiro, estivessem todos presentes na assistência dos jogos e no lanche a realizar-se a partir das dezassete horas, oferecido pela Câmara Municipal, a todos os participantes do Torneio, no Clube Desportivo Carapinheirense. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - O Presidente da Câmara informou que, no próximo dia dezanove de Fevereiro do corrente ano, deslocar-se-á a Montemor-o-Velho, para assinatura do Protocolo de entrega da obra de emparcelamento na zona da Ereira, o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural. -----

----- Por isso, convidava todo o Executivo a estar presente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### ----- **1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**-----

#### ----- **1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

##### ----- **1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.** -----

##### ----- **1- OFICIO DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE**

##### ----- **MONTEMOR-O-VELHO - CONVITE.** -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade retirar o presente ponto. -----

##### ----- **2- ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE HONRA AO CORPO DE** -----

##### ----- **BOMBEIROS DE MONTEMOR-O-VELHO.** -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- "Considerando todas as actividades desenvolvidas, no âmbito humanitário (assistência e solidariedade social, saúde, benemerência, etc.) prestadas à população deste Município durante setenta anos, proponho: -----

----- Que seja atribuída a Medalha de Honra do Município ao Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

#### ----- **3- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.** -----

----- O Presidente da Câmara informou que em Setembro de dois mil e um tinha sido criado o Conselho Municipal de Segurança e de acordo com a legislação existente nomeadamente a Lei numero trinta e três barra noventa e oito de dezoito de Julho, artigo quinto, pelo que propunha o Conselho Municipal de Segurança de Montemor-o-Velho passasse a ser constituído pelos seguintes elementos: -----

----- a) Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- b) Coordenador da Protecção Civil -----

----- c) Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- d) Presidente da Junta de Freguesia de Abrunheira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arazede -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Carapinheira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Ereira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Gatões -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Liceia -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Meãs do Campo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Pereira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Santo Varão -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Seixo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Tentúgal -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Verride -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barca -----

----- e) Representante do Ministério Público da Comarca -----

----- f) Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- Comandante dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho -----

----- Representantes e Coordenadores da Cruz Vermelha de Pereira, Verride e Carapinheira -----

----- g) Representante do Instituto Português da Droga e Toxicodependência – Coordenador Distrital de Coimbra -----

----- h) Cinco Representantes das IPSS's e Misericórdias -----

----- Um Representante do Centro de Regional de Segurança Social Distrital de Coimbra --

----- Um Representante do Delegado de Saúde do Concelho -----

----- Um Representante da Protecção de Menores -----

----- i) Dois Representantes da Associação Comercial e Industrial de Montemor-o-Velho ---

----- Representantes sindicais da CGTP – Distrital -----

----- Representantes sindicais da UGT– Distrital-----

----- j) Cinco elementos a definir pela Assembleia Municipal -----

----- Um funcionário técnico administrativo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho---

----- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter o presente ponto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**----- Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro.-----**

**-----4- ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL SOCIAL**

**----- À ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO. -----**

**----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----**

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- "Considerando todas as actividades desenvolvidas, no âmbito social, contribuindo para o engrandecimento e melhoria de serviços bem como acções sociais prestadas à população deste Município durante vinte e cinco anos, proponho: -----

----- Que seja atribuída a Medalha de Mérito Municipal Social à Associação Fernão Mendes Pinto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**----- Voltou a tomar parte da reunião o Vereador Victor Camarneiro. -----**

**-----1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----**

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --  
----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES -----  
----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE  
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre vinte e nove de Janeiro e catorze de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO - RECLAMAÇÕES. -----

----- Foi presente uma informação dos serviços sobre o Recurso Hierárquico necessário do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho que homologou a classificação de serviço ordinária referente ao ano de 2000, dos funcionários: Arménio Pereira Rodrigues e João Paulo Barquinha Almeida Seixo. -----

----- A pedido do Presidente da Câmara, a Directora de Departamento de Administração Geral, prestou os seguintes esclarecimentos sobre o assunto: -----

----- O funcionário Arménio Rodrigues, tomou conhecimento da sua ficha de notação, nos termos do número um do artigo trinta e um do Decreto Regulamentar número quarenta e quatro - B barra oitenta e três de um de Junho, sem nada referir à notação de *Bom*, ao preenchimento dos factores da respectiva ficha, e sem ter apostado a data, aquando da tomada de conhecimento, a mesma, foi colocada posteriormente, conforme informação dos serviços anexa ao processo e ainda pela análise da cor da tinta da esferográfica, (conforme análise feita da própria ficha original). Quanto ao facto de existir um só notador, refere-se que também a lei assim o possibilita no número dois do artigo onze, do referido Decreto Regulamentar. Não recebeu a cópia da sua ficha, porque o pedido não deu entrada nos serviços, embora se tenha desencadeado todo o processo para se entregar, conforme se comprova com a junção do mesmo, (Documento anexo ao processo fls. 3 a 5), pelo que não assiste razão ao funcionário na petição apresentada. -----

----- Quanto ao funcionário João Paulo Barquinha Almeida Seixo, foi chamado à presença da única notadora, conforme possibilita o número dois do artigo onze do Decreto Regulamentar número quarenta e quatro - B barra oitenta e três de um de Junho, não quis tomar conhecimento, dizendo mesmo, "que não tinha nada que tomar conhecimento da sua notação de *Bom*". Perante a sua tomada de posição, posteriormente foi-lhe dado conhecimento da homologação, tendo então, o funcionário assinado, sem ter colocado qualquer data, a mesma foi também aposta mais tarde, conforme se depreende pela

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

análise da ficha original. Quanto ao facto de o funcionário referir que não lhe foi dado conhecimento da ficha, foi-lhe dado cópia, embora um pouco mais tarde, motivado pelo excesso de trabalho do sector, e do início de mandato (Doc. fls.6 a 7).-----

----- Acresce referir ainda, que conforme informação dos serviços, tomou conhecimento mais tarde, por culpa do mesmo, pelo que também não assiste razão ao funcionário (Doc. fl.8).----

----- Refere-se ainda, que a classificação de serviço de todos os funcionários, foi formalizada mais tardiamente do que a lei prevê, em virtude de não haver chefias dos serviços administrativos, e por a notadora só ter ingressado nestes Serviços Municipais em Maio de dois mil.-----

----- Acresce dizer ainda, que «o processo de classificação tem carácter confidencial, devendo as fichas de notação ser arquivadas no respectivo processo individual.» (conforme número um do artigo vinte e oito do Decreto Regulamentar número quarenta e quatro - B barra oitenta e três), e « todos os intervenientes no processo de classificação ficam obrigados ao dever do sigilo sobre esta matéria.» (conforme número dois do artigo vinte e oito do referido Decreto Regulamentar), «...o que não impede que em qualquer fase do processo sejam passadas certidões da ficha de notação, mediante pedido do notado, formulado por escrito ao dirigente com competência para homologar.» (conforme número três do artigo vinte e oito do já citado Decreto Regulamentar), o que não aconteceu por parte dos dois notados, que quando lhes apetece se dirigem aos serviços de recursos humanos, para consultar os processos e sem qualquer autorização dos dirigentes dos serviços. Assim, se o Decreto Regulamentar, no seu número um do artigo trinta e um, diz que: «A ficha, depois de devidamente preenchida, será dada a conhecer ao interessado em entrevista individual com os notadores.», dá a possibilidade ao notado de apresentar qualquer explicação quanto ao preenchimento e atribuição de factores de graduação, assim como até, de qualquer discordância, ou explicação apresentada, o que também não se verificou da parte de qualquer dos dois notados.-----

----- Por último, cumpre-me dar a conhecer o Decreto Regulamentar número quarenta e cinco barra oitenta e oito de dezasseis de Dezembro, que no número três do seu artigo sexto, diz: «A invocação de meras diferenças de classificação com base na comparação entre classificações atribuídas não constitui fundamento atendível de recurso.», o que mais uma vez acresce, à dificuldade que a própria Lei impõe, quando são invocadas razões que não correspondem à realidade. -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, como já tinham tido oportunidade de noutras reuniões tomar decisões, sobre situações, que vinham transferidas de um passado recente, aquele também era um caso.-----

----- A sua posição, e que apresentava ao Executivo naquela matéria, era a seguinte: Todos os documentos de notação da avaliação daqueles funcionários, tinham sido homologados pelo Ex-Presidente da Câmara, o que significava que, para ele, o circuito tinha terminado.-----

----- Pensava ainda que, pessoalmente toda aquela tramitação, no que dizia respeito à avaliação de dois mil e um, ainda ia ser um pouco problemática, porque nenhum dos actuais membros do Executivo, ali estava no ano transacto, para poderem fazer uma avaliação cabal . Portanto, não se admirava que naquele primeiro ano, o Executivo viesse a ser confrontado com outras circunstâncias similares.-----

----- O que já não estava extremamente receptivo, nem estaria de acordo era que, viesse a envolver o actual Executivo com circunstâncias idênticas, de dois mil e dois para dois mil e três, porque aí já teriam uma responsabilidade acrescida, pois era o responsável pela área dos Recursos Humanos.-----

----- Por outro lado, e porque considera toda a tramitação processual desencadeada nos anos anteriores, que lhe levantavam algumas dúvidas e não lhe pareciam ser as mais adequadas, na forma de tratamento e avaliação dos próprios trabalhadores. Isso também dependia da orgânica funcional, da forma como as coisas estavam e pensava que naquele caso, estavam sujeitos a um apelo hierárquico por parte dos funcionários, para uma instância superior. Naquele caso, passava do Presidente da Câmara, que já tinha homologado, para a estrutura seguinte, que era o Executivo.-----

----- E, ali colocava-se na posição de qualquer elemento do Executivo, naquele momento, pois quem era ele, para presentemente ir contrariar os serviços, em termos da direcção que mantinham, em termos da informação que lhes era prestada.-----

----- Por outro lado, verificava que estava apensado aos processos, assinaturas de quem naquela altura tinha homologado, toda aquela tramitação. Pensava que, sem estar a querer tomar uma posição de desigualdade de tratamento, tinha que ser, naquele caso, coerente, com a informação que os próprios serviços lhe forneciam.-----

----- Em relação a isso, queria chamar a atenção, que não tinha nada a ver com a atitude ou intervenção da Directora de Departamento, mas tinha a ver, com um desafio que fazia aos próprios trabalhadores. Ele por exemplo não estava habituado até ao momento, a ter notações de trabalhadores que não tivessem por trás Comissões Paritárias

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

de Equilíbrio, entre trabalhadores e notadores, que pudesse depois vir a ser uma primeira forma de recurso antes de virem aos órgãos respectivos, seja ao Presidente, seja ao Executivo. -----

----- Foi-lhe dito claramente e também verificou que, isso era verdade, que foi publicitado, sem que dentro do contexto que a Lei previa, essa constituição dessas Comissões Paritárias e isso tinha que partir da parte dos trabalhadores, com a apresentação de listas, que seriam votadas expressamente e atempadamente, que depois constituiriam em parceria, com quem fosse designado por parte do Executivo, ou Presidente da Câmara, um ou dois representantes, que depois fariam a triagem destas situações e proporião aos órgãos respectivos, um tratamento de maior transparência e de maior profundidade, do ponto de vista de enquadramento jurídico ou legal. -----

----- De qualquer maneira, tal não aconteceu, não porque tenha havido falta de divulgação disso, mas porque não apareceu ninguém a impor-se nesse patamar e que pudesse olvidar aquelas circunstâncias. -----

----- Face aquela situação, colocava-se na postura de qualquer dos elementos do Executivo, ou seja concordava com a informação dos Serviços. Pensava que a mesma estava consubstanciada, se de facto, assistia para além daquilo algum direito, que por acaso não tenha sido devidamente salvaguardado, naquelas informações, e que se vivia num Estado de Direito, que conferia a todo o cidadão "extra-muros" a condição de funcionário, todas as hipóteses e todas as possibilidades de vir a interpelar e a poder reclamar de situações a que tenham direito. -----

----- Seguidamente, interveio o Vereador Emidio Fidalgo para dizer que, queria solicitar algumas explicações porque lhe parecia que, as coisas não eram assim tão fáceis e tão lineares, quanto estavam a ser colocadas pelos serviços. Havia ali algumas dúvidas, que se lhe deparavam, nomeadamente, na questão das datas de assinaturas e coisas não assinadas na altura. -----

----- Confessava que, tinha sido alertado pelos funcionários, que estavam na disposição de recorrer judicialmente, porque percebiam que as coisas não estavam devidamente bem formalizadas. Havia "gafes", que de algum modo, eram graves, porque de certa forma, eram pessoas e funcionários como quaisquer outros, que têm o direito e o dever, à legitimidade do trabalho que executam. -----

----- Fazia uma pergunta: Não queria vincular a sua posição na sua decisão, sem perceber como é que as coisas poderiam no futuro ter o seguimento. No caso de haver um

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

recurso, qual era a sua responsabilidade, no meio daquilo tudo, ou quem é que viria a ser responsável? -----

----- Parecia-lhe que, as coisas não estavam tão fáceis como pareciam e não se tornariam fáceis, com uma decisão da Câmara Municipal, que poderão ter várias envolventes no futuro, criar ali grandes incompatibilidades e pensava que, não era função do Executivo, estar a complicar, ou estar a criar, o que quer que fosse. -----

----- Primeiro ponto - Saber de quem era a responsabilidade de tudo aquilo, no caso dos funcionários em causa, accionarem judicialmente a Câmara Municipal e a decisão que viesse a seguir. -----

----- Por outro lado, perceber também, porque é que havia ali uma falta de datas, as datas não tinham sido colocadas, pediam-se assinaturas aos funcionários sem as datas estarem colocadas, e não entendia isso muito bem, pois era a mesma coisa que se viver em África, e aquilo não era propriamente o caso. Tinha que haver ali da parte da Câmara Municipal e dos Serviços, alguma transparência em relação a tudo aquilo. -----

----- Estava muito pouco sensibilizado, em votar favoravelmente aquela situação, porque não a entendia e não conseguia perceber qual era o finalmente da responsabilidade em causa. Tratava-se de funcionários e tinha muito respeito por quem trabalhava, fosse quem fosse, pensava que as pessoas deviam no mínimo ser tratadas todas por igual, e não devia de haver ali situações de "gato escondido com o rabo de fora". -----

----- Isto porque, não conseguia perceber como é que se pediam assinaturas, sem que, houvesse datas nos próprios documentos, e também havia datas que eram colocadas com canetas de tinta diferentes. Não conseguia entender aquilo muito bem, porque as coisas consigo sempre foram claras como água, pois todas as pessoas erram e cometem gafes, mas que fossem aquelas que, pudessem estar minimamente animados e à vontade, de que se estava a fazer o melhor. -----

----- Além disso, também não percebia, porque é que deviam estar ali com os peluridos de ser da Câmara passada e estar a passar para a actual, pois estava-se no início e as coisas deviam ter um tratamento e um seguimento natural, na ordem natural das coisas. -----

----- Também alertava que as coisas juridicamente poderiam não ser tão fáceis como pareciam, e aí gostava de saber de quem era a responsabilidade, quando os funcionários em causa, colocarem a questão em Tribunal, e se possivelmente se ganharem como é que era? De quem era a responsabilidade de tudo aquilo? -----

----- Não queria aliar a sua responsabilidade a situações, a que não teve conhecimento, a que não participou, e a que não tinha a mínima responsabilidade em relação àquilo. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

----- Todas as situações onde tem responsabilidade e envolvimento, tudo bem, estavam ali para responder e assumirem de corpo e alma. Pensava que, os serviços de algum modo teriam que clarificar a situação. Não a percebia muito bem, e talvez por isso, é que os funcionários também não a percebiam, e estavam dispostos a ir para Tribunal. -----

----- Era um dever que lhes assistia, mas a Câmara devia ter algum cuidado naquela situação, e pedia ao Presidente da Câmara para se debruçar muito bem, sobre aquele assunto, porque julgava que não seria fácil para o Executivo a decisão, ou melhor, a decisão que tomarem não será aquela que se resolva naturalmente, e que se "passe um pano" por cima de tudo aquilo, independentemente de ser do passado. -----

----- Tomou de novo a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, não colocava em causa tudo o que foi referido pelo Vereador Emidio Fidalgo mas, o recurso que estava a ser feito era para o Executivo. O processo em si, fechou no Ex-Presidente e, no momento, o recurso hierárquico necessário, apelava à Câmara atual. O Presidente ali, já não tinha mais intervenção, mas era o Executivo que teria que intervir naquela matéria. -----

----- Havia duas soluções, já tinha anteriormente referido uma, mas ainda havia outra que se poderia colocar, que era a Câmara resolver lançar uma Comissão de Inquérito às circunstâncias. -----

----- Por isso, tinha já referido que, apesar de se tratar de uma circunstância em que, o actual Executivo acabava por estar envolvido, e não poderia "meter a cabeça na areia", mas que, não tinham sido actores naquele processo, e estavam no momento a ter que ser juizes, sem terem sido os figurantes, que conhecem os factos na profundidade e na justeza que ela necessitava. -----

----- Dali que, das duas uma: ou sancionavam desde logo a informação dos serviços e faziam na tomada de posição "lei", ou remetiam o processo para uma Comissão de Inquérito que a Câmara instituíra, e que fornecesse dentro de um curto prazo de tempo, informação mais adequada, para que o Executivo se possa pronunciar. -----

----- Interveio de seguida o Vereador Victor Camarneiro para dizer que, não tinha nenhuma informação prévia sobre o assunto, e via-se ali confrontado com uma contradição, entre as suas próprias convicções, relativamente às avaliações de serviço e as práticas. -----

----- Por um lado, em relação às práticas, parecia-lhe completamente disparatado que se avaliasse toda a gente de "muito bom". Se todos tinham andado a dizer que um dos problemas da Câmara Municipal era também algum mau desempenho, afinal, depois não era retractado nas avaliações. Se alguém fazer uma avaliação ao desempenho do

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

funcionário, dirá que o mesmo era muito bom, porque todos os funcionários tinham sido classificados de muito bom, salvo, aqueles dois. Pelo menos, era o que no momento tinha conhecimento, não sabendo se houve ou não mais casos.-----

----- E, ali estavam as práticas que eram contraditórias, com as suas próprias convicções, e sempre teve em relação às avaliações um grande problema e nas coisas em que estava envolvido parecia-lhe que muitas vezes era preferível nem as fazer, porque as avaliações tinham que ter consequências, ou positivas, ou negativas, mas têm que ter sempre consequências, não se podiam fazer só por fazer, porque quando isso acontecia dava muito bom para todos, ninguém reclamava, ficavam todos contentes da vida e tal...-----

----- E nesse caso, partilhava da opinião do Presidente da Câmara quando dizia que, estavam a ser confrontados com uma situação que não conheciam, ele conhecia levemente e ligeiramente as pessoas em causa, não tinha nenhuma relação de proximidade, nem pessoal, nem funcional com as mesmas, por isso não tinha nenhuma capacidade para as avaliar. Parecia-lhe que, estavam a acentuar a sua reclamação em aspectos processuais, e não em aspectos de competência, e o que achava interessante era que pudessem fazer uma reclamação, com base na afirmação, da sua própria competência, e na sua actuação irrepreensível, não lhe parecendo que fosse o caso.-----

----- Parecia-lhe que, estavam apenas a serem exploradas falhas processuais, hipotéticas, que não tinha condições para avaliar, como defesa de... havendo ali portanto uma gafe.---

----- Achava também que, todos os reparos que tinham sido feitos pelo Vereador Emidio Fidalgo, deviam ser tomados em linha de conta, porque no momento em que tomassem uma decisão, estariam a comprometer o actual Executivo, e estavam-se a colocar no papel de eventuais reles, de uma causa qualquer. Não tinha medo nenhum daquilo, mas ficava ali a sua tomada de posição para que, pelo menos, possam no momento oportuno, quando tiverem legitimidade para fazerem qualquer tipo de avaliações, alterar um pouco a metodologia da forma como isso se fazia. -----

----- Do seu ponto de vista, considerava-se sem condições para analisar, a não ser, ter em linha de conta, os pareceres dos serviços e como tal, votar favoravelmente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter o processo em epígrafe, ao Síndico da Câmara Municipal para que, informe com alguma celeridade, sobre o parecer a dar. -----

#### ----- 3- SITUAÇÃO DOS VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA.

-----O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento da informação dos Serviços a qual esclarece que, com a Lei número doze barra noventa e oito de vinte e quatro de Fevereiro, aplicável aos Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais, e aos membros das Juntas de Freguesia, exercendo o mandato em regime de permanência, ao repristinar o artigo sexto da Lei número sessenta e quatro barra noventa e três de vinte e seis de Agosto, na sua redacção originária, revogando expressamente esse artigo na redacção que lhe foi dada pelo artigo primeiro da Lei número vinte e oito barra noventa e cinco de dezoito de Agosto, e ainda, ao eliminar a expressão, «quanto aos autarcas a tempo parcial», na parte final do número um, do artigo quarto daquela Lei, segundo a redacção constante do artigo primeiro da Lei número vinte e oito barra noventa e cinco, deste facto, os eleitos locais a tempo inteiro podem acumular as respectivas funções autárquicas com actividades privadas, incluindo as que até agora estavam vedadas no que se refere à integração em cargos sociais de quaisquer pessoas de fins lucrativos (artigo quarto, número dois da Lei número sessenta e quatro barra noventa e três). Importa ter em atenção que o exercício dessas actividades deve ser comunicado quando de natureza continuada, ao Tribunal Constitucional, e também, à Assembleia Municipal, tratando-se de presidentes e vereadores a tempo inteiro das Câmaras Municipais, na primeira reunião daquele órgão deliberativo, que se seguir ao início do mandato (artigo sexto, número um da Lei número sessenta e quatro barra noventa e três).-----

----- Ainda os mencionados eleitos locais, são remunerados de acordo com as remunerações fixadas por Lei, para o exercício dos respectivos cargos, uma vez que já não é possível optar pela remuneração a tinham direito na sua actividade profissional (cf. artigo sexto, número dois da Lei número vinte e nove barra oitenta e sete, que revogou o artigo terceiro, número dois da Lei número nove barra oitenta e um de vinte e seis de Junho e artigo onze da citada Lei número onze barra noventa e seis de dezoito de Abril).-----

----- Os referidos eleitos locais que exerçam o mandato a tempo inteiro e acumulem essas funções com actividade privada remunerada, de carácter regular, só têm direito a perceber cinquenta por cento da remuneração normal, correspondente àquelas funções. --

----- Ainda os referidos eleitos locais no regime de permanência, e que acumulam com actividade privada remunerada, de natureza não permanente nem regular, isto é, actividades esporádicas ou pontuais, têm direito a receber por inteiro, a remuneração correspondente àquelas funções (artigo sétimo, número um alínea a), da citada Lei número vinte e nove barra oitenta e sete). -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

----- Os eleitos locais exercendo as funções a tempo inteiro ou parcial e que acumulem com actividade privada permanente e regular, não remunerada, apenas têm direito a perceber cinquenta por cento da remuneração normal, correspondente àquelas funções (artigo sete, número um, alínea b) da mesma Lei número vinte e nove barra oitenta e sete). -

----- Toda esta questão foi esclarecida pelo Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República (Diário da República, II série de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e seis). -----

----- Assim, dado que o Senhor Vereador em Regime de Permanência, Abel Girão, acumula funções com actividade privada remunerada, de carácter regular, só tem a perceber cinquenta por cento da remuneração normal, correspondente às funções que exerce como eleito local.-----

----- Face a esta situação, deve ser comunicada à Assembleia Municipal na primeira reunião daquele órgão e ainda ao Tribunal Constitucional.-----

----- A Câmara face à informação dos Serviços, deliberou por unanimidade remeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento e posteriormente ao Tribunal Constitucional. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### **-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----**

#### **----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----**

##### **----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA ----- ----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES - ----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE ----- JANEIRO. -----**

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia trinta e um de Janeiro e catorze de Fevereiro de dois mil e dois do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### **----- 2- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia catorze de Fevereiro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de seiscentos e doze mil novecentos e vinte e dois euros e cinquenta e quatro centímetros e em Operações de Tesouraria de cento e sessenta e três mil e trinta e quatro euros e sessenta e um centímetros.-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

### -----3- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ----- ----- VERRIDE. -----

----- O Presidente da Câmara informou que, a manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar é da competência da Câmara Municipal, conforme se encontra definido na alínea a) do número um do artigo dezanove da Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de catorze de Setembro, pelo que propõe a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Verride no valor de trezentos e oitenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos (setenta e sete mil setecentos e três escudos), destinado a fazer face a despesas de manutenção do Jardim de Infância.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Verride no valor de trezentos e oitenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos (setenta e sete mil setecentos e três escudos). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### -----4- CONSULTA PARA AUDITORIA FINANCEIRA - ANÁLISE DE --- ----- PROPOSTAS. -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento da informação dos Serviços a qual esclarece que, no seguimento da consulta efectuada para a prestação de serviços de auditoria financeira, organização e funcionamento, apresentaram propostas três firmas da especialidade.-----

----- De acordo com o mapa que consta como documento anexo à presente acta sob o número três, verificava-se que a proposta mais baixa para a realização da auditoria financeira, era apresentada pela Firma Eugénio Branco- Auditores Independentes, Limitada no valor de dezoito mil trezentos e sessenta e nove euros (Três milhões seiscentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta e quatro escudos) com um prazo de execução de trinta dias. --- -----

----- Da análise das propostas verificava-se ainda que, era esta firma que apresentava o preço mais baixo para a realização da auditoria financeira, organização e funcionamento, contudo o prazo de execução dos trabalhos era de cento e quarenta dias para a totalidade dos trabalhos, ou seja, era a empresa que para a globalidade dos trabalhos apresentava um prazo de execução mais longo. -----

----- Assim, face aos preçários ali presentes, o Presidente da Câmara propôs o seguinte: --



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

----- No momento apenas queria privilegiar a execução da auditoria financeira dado que, os preços envolvidos eram preços elevados e não se estava em condições de estar a gastar nove mil ou dez mil contos, enquanto que, a auditoria financeira até pelos seus prazos mais curtos, reduz para o preço mais baixo que vai desde os dezoito mil trezentos e sessenta e nove euros até aos vinte e seis mil duzentos e oito euros, pelo que propunha que fosse adjudicada, não por ser o preço mais baixo, mas dado que a qualidade e os prazos eram iguais apenas teria que se basear no preço.-----

----- Sem pôr em causa que a acessoria organizacional e funcional vai ser extremamente importante, mas poderiam remeter aquilo para mais tarde, já tinha tido a oportunidade de dizer que, era sua intenção até ao final do primeiro semestre, consubstanciar uma revisão da orgânica funcional da Câmara e a apresentação do novo quadro de pessoal, mas para isso, ainda teriam cerca de quatro meses à frente, que irá possibilitar fazer as coisas de uma forma mais gradual e com condições financeiras que pudessem otimizar aquele mesmo custo.-

----- Nesse sentido, propunha que apenas fosse adjudicada a auditoria financeira no prazo de trinta dias à empresa Eugénio Branco - Auditores Independentes, Limitada deixando aos serviços as condições que o Caderno de Encargos já pressupunha e que estavam definidas quanto ao pagamento, mas que desde já pressupunha que, na fase inicial pagava-se um terço, na fase de entrega do relatório outro terço e o prazo que os serviços considerassem adequados, depois de ser avaliado em reunião de Câmara, o remanescente do total do pagamento.-----

----- Disse ainda que, no momento pôr tudo a funcionar era um peso oneroso e iria ser faseado até porque, em seu entender, julgava que poderiam estar a correr riscos e naquele caso, gostava de tornar bem claro que, numa questão daquelas, de redefinição do funcionamento e de organização, poderiam vir a subscrever a ajuda de uma instituição privada. -----

----- Pensava que, aquela ajuda poderia também ser colmatada com organismos que dentro daquela fase e, dentro daquela dinâmica, tinham um conhecimento profundo, como era o caso do CEFA, da Associação Nacional de Municípios etc., para que se pusesse ali o conteúdo adstrito à legalidade e à funcionalidade das entidades locais, naquele caso concreto as autarquias, pois muitas vezes aquelas empresas tinham uma visão demasiado empresarial e que poderiam vir a confundir estruturas de administração pública com estruturas de administração privada. -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- A Câmara face à informação dos serviços deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou por unanimidade dispensar a audiência prévia nos termos da alínea a) e b) do número quatro do artigo cento e cinquenta e nove do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove de oito de Junho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### -----5- CONTRATO COM SEGURADORA. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- O Presidente da Câmara informou que, dado o número de casos de acidentes de viação ocorridos em viaturas de munícipes, provocados por algumas anomalias nos eixos rodoviários do Concelho, propunha que, fosse feito um seguro, negociado com uma empresa seguradora que, ficasse responsável por todos aqueles acontecimentos, sendo a própria seguradora, que face às circunstâncias em que ocorressem aqueles acidentes, salvaguardaria, ou não, o facto de os mesmos serem pagos. Assim a Câmara deixava de estar com burocracias e sistematização de pareceres jurídicos, que seriam mais importantes para outros casos do que, propriamente para aqueles. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

### -----1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --

----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE

----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre um e quinze de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### -----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

#### -----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --

----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE

----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre quatro e quinze de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### -----3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

#### -----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

#### ----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

- 1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----
- POVOAÇÕES - ARRUAMENTOS JUNTO À PONTE DE PEREIRA -----
- -PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----
- ENCARGOS.-----
- -ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO.-----

----- No seguimento do solicitado superiormente, foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados, para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número seis. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara, para esclarecer que, dentro da problemática que já tinha sido discutida, de privilegiar os Centros Históricos, para que fossem acelerados todos os trabalhos, que estavam na recuperação daquelas mesmas zonas geográficas do Concelho, tinham tido após uma visita aprofundada ao Centro Histórico de Montemor e de terem conseguido hierarquizar prioridades, que de momento estavam a ser utilizadas. Tinham feito também naquela semana, uma visita ao Centro Histórico de Tentúgal, cujas obras também se encontravam numa situação extremamente delicada, pois havia há cerca de sete meses uma paragem quase total das mesmas.-----

Mais disse que, com as reuniões havidas com parte dos empreiteiros, conseguiu-se que fosse concluída durante a semana seguinte, reuniões com os restantes empreiteiros que estavam na obra, de forma a ultimar que, pelo menos, todo o espaço do Largo da Chieira estivesse concluído, aquando das festividades da Páscoa, ou para ser mais concreto, esperava que aquela zona estivesse concluída a trinta de Março do corrente ano.-----

----- Em relação a Pereira, realizar-se-ia uma reunião e uma visita dentro da disponibilidade de agenda, a qual já estava marcada, às obras do Centro Histórico de Pereira para as próximas semanas. Iam-se também pautar por acelerar rapidamente a concretização das empreitadas que estavam a decorrer. Era aquela a preocupação que no momento estavam a ter. -----

----- Face a estes considerandos, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Fixar o preço de trinta e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “ Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Eng.º – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Maria Elisa Morais de Oliveira – Secretária -----

----- “ Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2-ACIDENTE DE VIAÇÃO NA VIATURA DE JÚLIO MIGUEL** -----

----- **MARQUES CALDEIRA.** -----

----- **-INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS.** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, na sequência de uma reclamação apresentada pelo senhor Júlio Miguel Marques Caldeira, sobre o acidente em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número sete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços, deliberou por unanimidade indemnizar o reclamante apenas no montante correspondente a um pneu, ou seja, dezasseis mil seiscientos e setenta e quatro escudos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- **3- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO -** -----

----- **-INFRAESTRUTURAS TELEFÓNICAS.** -----

----- **-PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE** -----  
----- **ENCARGOS.** -----

----- **-ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO.** -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, em relação ao presente ponto, tinha havido um pedido da Presidência junto dos serviços, para que, acelerassem o processo, pois era vital a concretização do Polo Industrial e no caso concreto, para além daqueles dois projectos (infraestruturas telefónicas e infraestruturas de gás), também estava a decorrer o processo respeitante às infraestruturas eléctricas. -----

----- Achava que, era uma prioridade absoluta, para que, rapidamente se pudesse vir a concluir toda a infraestruturização do Polo Industrial, passando à Segunda fase que era vital, para se poder criar condições para alienação em termos de incentivos à fixação da indústria no Concelho. Era uma prioridade política e absoluta do actual Executivo, que no momento tinha prioridade máxima. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Fixar o preço de trinta e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Eng.º – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Maria Elisa Morais de Oliveira – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

### -----4- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO - -----

----- -INFRAESTRUTURAS DE GÁS. -----

----- -PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----

----- ENCARGOS. -----

----- -ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO.-----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso. -----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número nove.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de trinta e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Eng.º – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Maria Elisa Morais de Oliveira – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- 5- ACIDENTE DE VIAÇÃO NA VIATURA DE ANTÓNIO MENDES -----

----- FREITAS - -----

----- -INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento do Departamento de Administração Geral, acompanhada de um parecer jurídico emitido pelo advogado Dr. Deolindo Correia, sobre o acidente em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o parecer do advogado, isto é, não assumir qualquer indemnização pelo acidente em causa.

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1-REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSELHA -** -----

----- **FASE B (ETAR) - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO.**-----

----- **-AUDIÊNCIA PRÉVIA - ARTIGO 101 DO DEC.-LEI Nº 59/99,**

----- **DE 2 DE MARÇO.** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e um de Janeiro do corrente ano (audiência prévia nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março) sobre a obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Que seja adjudicada a empreitada da obra em epígrafe à firma José Marques Grácio, Limitada, pelo montante de seiscentos e vinte e sete mil oitocentos e oitenta euros e cinquenta e seis cêntimos (cento e vinte e cinco milhões oitocentos e setenta e oito mil setecentos e cinquenta e um escudos) acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- **4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **1- PROGRAMA DIFUSÃO DAS ARTES DO** -----

----- **ESPECTÁCULO - LINHA DE PROGRAMAÇÃO "ITINERARIOS**

----- **CULTURAIS" - INSTITUTO PORTUGUÊS DAS ARTES DO** -----

----- **ESPECTÁCULO/MINISTÉRIO DA CULTURA - PROGRAMAÇÃO**

----- **PARA O 1º SEMESTRE DE 2002.** -----

----- O Vereador do Pelouro informou que: Ao Programa Difusão das Artes do Espectáculo, correspondem programações semestrais, definidas pelas Autarquias, a partir de bolsas de espectáculos identificadas, pelo Instituto Português das Artes do Espectáculo/Ministério da Cultura, com base em propostas de agentes culturais profissionais, existentes no mercado, nos vários domínios das artes do espectáculo. Através da

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15*

aprovação de uma candidatura feita à Linha de Programação "Itinerários Culturais", a Câmara Municipal, beneficia de espectáculos comparticipados monetariamente pelo I.P.A.E. o ano de dois mil e dois, cuja realização desenrolar-se-á em associações concelhias.

----- Assim e tendo sido aprovado o Acordo de Colaboração, propunha para aprovação a programação e orçamento para o primeiro semestre de dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o número doze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a programação e orçamento para o primeiro semestre de dois mil e dois relativamente à Linha de Programação Itinerários Culturais. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4.2. DIVISÃO DE DESPORTO**-----

----- **4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro. -----

----- Verificou-se a não existência de público. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas e cinquenta minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,**

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr<sup>a</sup>.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

***Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 15***